

# Taxonomia da Infraestrutura Socioterritorial para Amazônia brasileira:

Resumo Executivo

junho, 2023

REALIZAÇÃO

 **FGV EAESP**  
CENTRO DE ESTUDOS  
EM SUSTENTABILIDADE

APOIO



UMA CONCERTAÇÃO PELA  
**AMAZÔNIA**

A primeira edição da publicação *Sistema de Classificação da Infraestrutura Socioterritorial: uma Proposta para a Amazônia Brasileira* apresenta os fundamentos de uma taxonomia, projetada para subsidiar a avaliação de infraestruturas existentes ou planejadas sob a lente do desenvolvimento sustentável, conforme características específicas desta região. A pesquisa e a publicação foram desenvolvidas pelo **Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGVces)**, em parceria com **WWF-Brasil** e em colaboração com o **Grupo de Trabalho – Infraestrutura Socioterritorial**, da iniciativa **Uma Concertação pela Amazônia**.

## **POR QUE TAXONOMIA**

- As taxonomias para classificação de atividades e ativos econômicos têm sido desenvolvidas no âmbito da promoção das “finanças sustentáveis”, com o propósito de promover alinhamento de investimentos e fluxos financeiros a objetivos ambientais e climáticos.
- Em contextos regionais ou nacionais, promovem articulação entre infraestrutura e objetivos substantivos de políticas públicas (ambientais, climáticos e socioeconômicos), além de compromissos internacionais para o desenvolvimento sustentável (ODS), em particular o Acordo de Paris. Atualmente, são mais de 20 países e regiões com taxonomias em uso ou em desenvolvimento.
- Taxonomias buscam subsidiar tomadas de decisão baseadas em evidências, endereçando lacunas de transparência, consistência e comparabilidade, com possibilidade de verificação independente.
- No Brasil, o planejamento de infraestrutura ainda é dissociado de critérios socioambientais de alto nível para todo o ciclo de vida de projetos. Além disso, critérios e parâmetros são amplamente variáveis e escassamente transparentes, com baixa participação social.

## **POR QUE SOCIOTERRITORIAL**

- O trabalho realizado parte de duas lentes complementares: o desenvolvimento sustentável e a abordagem territorial para o desenvolvimento.
- Reiterados ciclos de grandes investimentos em infraestrutura não foram capazes de alterar o quadro de desenvolvimento humano e perda florestal na Amazônia. Privilegiam-se metas macroeconômicas e setoriais com abordagem de cima para baixo, o que não favorece automaticamente a prosperidade compartilhada, a redução de desigualdades e a proteção ambiental com respeito a modos de vida e territórios coletivos, próprios da realidade amazônica.
- Nesse âmbito, evidenciam-se demandas mais prementes por tecnologias e serviços, tais como saneamento básico, energia limpa e acessível, inclusão digital, habitação social e transporte de pessoas.
- Novos arranjos de governança que promovam coordenação institucional, transparência e participação efetivas também são necessários, de modo a abrir espaço para as particularidades de cada território em processos de planejamento e implementação de infraestrutura.

## **CONTEÚDO DE INOVAÇÃO**

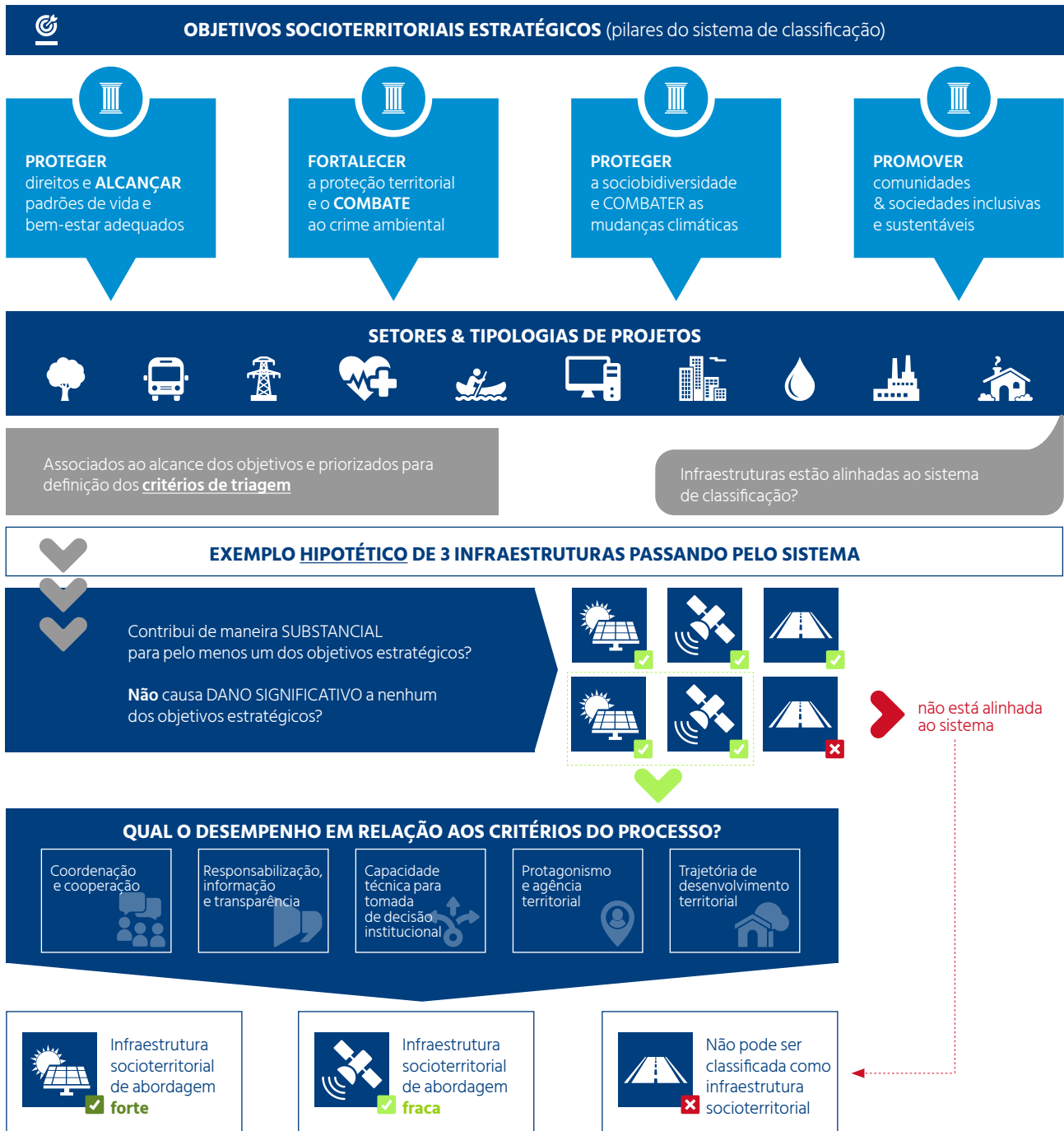
- Em relação às principais experiências em taxonomias para infraestrutura no mundo, trabalham-se os seguintes diferenciais:
  - › Estrutura inteiramente desenhada em **função das particularidades da região amazônica**, combinada a melhores práticas internacionais;
  - › Complementaridade de **critérios e objetivos sociais de desenvolvimento**, em equivalência a parâmetros ambientais e climáticos típicos;
  - › **Abordagem territorial**, por meio de uma etapa adicional de avaliação sobre a forma como os projetos são geridos ao longo do tempo. Os *critérios socioterritoriais de processo* privilegiam aspectos de governança participativa e aderência às aspirações locais;
  - › Por essa lógica, propõem-se uma solução aplicável a todo contexto amazônico brasileiro, mas que permite **considerar prioridades, trajetórias e preferências de cada território em particular**.

## **RESULTADOS PRELIMINARES**

- Taxonomias são comumente desenvolvidas de forma faseada, incrementando-se ao longo do tempo em função de aprendizados.
- Nesta primeira versão, apresenta-se o desenho preliminar de uma lógica de funcionamento a partir dos seguintes componentes:
  - › **visão estratégica**, que qualifica o papel da ferramenta como referência de futuro, instrumento de mudança e facilitador de novas narrativas;
  - › **usuários**, tendo como referência, além de formuladores de políticas públicas e agentes financeiros, também as redes de atores sociais nos territórios amazônicos;
  - › **objetivos de alto nível** para a Amazônia brasileira, alinhados aos ODS e às finalidades das principais políticas públicas para o desenvolvimento humano e sustentável, em função dos quais se daria a avaliação de projetos;
  - › **componente de triagem**, correspondente à etapa de seleção e priorização de setores e projetos, segundo a lógica de *contribuição substancial* a pelo menos um dos objetivos de alto nível sem que se cause *dano significativo* a nenhum dos demais objetivos;
  - › **componente de abordagem territorial**, com versão inaugural do conjunto de critérios socioterritoriais de processo, organizados em cinco dimensões e amparados por perguntas orientadoras de checagem.

## A TAXONOMIA EM FUNCIONAMENTO

- A seguir é apresentado um esquema hipotético da classificação de três tipologias de projetos de infraestrutura para ilustrar o funcionamento da taxonomia.



## OPORTUNIDADES E PRÓXIMOS PASSOS

- Estabelecida a estrutura da proposta de taxonomia, tem-se o potencial de desenvolvimento de uma ferramenta que desloca o centro gravitacional do planejamento de infraestrutura para Amazônia. Em lugar do olhar que hoje privilegia metas macroeconômicas e setoriais isoladamente, favorece o alcance de padrões de vida e bem-estar adequados, a proteção territorial, o desenvolvimento de uma nova bioeconomia, socialmente inclusiva e regionalmente enraizada, e a proteção da sociobiodiversidade em função da priorização de setores e tipologias de infraestrutura que contribuem para tais objetivos.
- Em longo prazo, o que se ambiciona é a aderência como padrão e linguagem comum por parte do Executivo nacional e subnacional e agentes financiadores. Em igual medida, é necessário que atores da sociedade civil organizada nos territórios amazônicos possam apropriar-se dessa linguagem como suporte à organização social e à participação qualificada.

Agente/usuário	Possíveis usos
Agentes no território/governança territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Instrumento de articulação da governança territorial e da governança da infraestrutura;</li> <li>› Instrumento de afirmação das prioridades ambientais, climáticas e sociais e do significado de desenvolvimento sustentável no território;</li> <li>› Instrumento de avaliação de propostas de projetos de infraestrutura;</li> <li>› Sinalização para formuladores de política, desenvolvedores e investidores sobre projetos alinhados com as prioridades do território.</li> </ul>
Formuladores de políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Referência para os formuladores de políticas para estratégias setoriais e de desenvolvimento para o território;</li> <li>› Identificação de áreas com subinvestimentos frente aos objetivos de alto nível do território;</li> <li>› Desenvolvimento de uma carteira de projetos sustentáveis/socioterritoriais;</li> <li>› Avaliação de projetos existentes e inspiração para melhorias nos processos de licenciamento.</li> </ul>
Emissores de títulos verdes, certificadores, verificadores e outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Identificação de atividades elegíveis que podem ser financiadas com mais facilidade e consistente com vínculos temáticos e territoriais;</li> <li>› Ponto de referência para o estabelecimento de padrões e rótulos vinculados ao território.</li> </ul>
Investidores	<ul style="list-style-type: none"> <li>› Identificação de oportunidades que atendam aos critérios de sustentabilidade/socioterritoriais;</li> <li>› Compreender a exposição de carteiras e desenhar políticas de investimento alinhadas com as preferências dos clientes e beneficiários.</li> </ul>

- Há pela frente o extenso trabalho de definição de critérios de triagem tanto para contribuição substancial aos objetivos de alto nível, quanto para “não causar dano significativo”. Esse desdobramento requer fundamentação e análise para cada uma das tipologias e setores a serem priorizados. Há também a necessidade de aprimoramento, em colaboração ampliada com potenciais públicos-alvo, da camada adicional de critérios de avaliação de processo.
- É preciso ampliar a colaboração de partes interessadas em torno de uma estratégia de incidência que promova, simultaneamente, desenvolvimento técnico e pertinência política.
- Nesse sentido, já no curto prazo, FGVces e WWF têm interesse em fomentar parcerias tanto para a conclusão técnica da ferramenta, alinhando-se a outras pesquisas em andamento, quanto para ampliação de escuta e coleta de contribuições por parte de potenciais usuários.

# Taxonomia da Infraestrutura Socioterritorial para Amazônia brasileira:

Resumo Executivo

---

junho, 2023

REALIZAÇÃO

 **FGV EAESP**  
CENTRO DE ESTUDOS  
EM SUSTENTABILIDADE

APOIO



UMA CONCERTAÇÃO PELA  
**AMAZÔNIA**

[www.fgv.br/ces](http://www.fgv.br/ces)